



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junlor

167-

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO Nº 0077605-88.2011.8.17.0001 (0291153-1)

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: JOÃO GOMES DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS INFRINGENTES. APELAÇÃO CÍVEL. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS INATIVOS E PENSIONISTAS. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO TJPE. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO.

- Trata-se de Embargos Infringentes opostos pelo Estado de Pernambuco em face de acórdão da Segunda Câmara de Direito Público, em autos de Apelação Cível (proc. nº 0291153-1) que, por maioria de votos, reformou a sentença dada pelo juízo a quo.

- No julgamento do apelo, de Relatoria Substituta do Juiz Demócrito Ramos Reinaldo Filho, o Órgão Colegiado entendeu, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, reformando integralmente a sentença, a fim de conceder aos apelantes/embargados a implantação da gratificação de risco de policiamento ostensivo, em consonância com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal (fls. 104/105). Quando do exame do mérito recursal, houve voto divergente do Juiz Demócrito Ramos Reinaldo Filho, dando negativa de provimento ao apelo, sob o fundamento de que a gratificação de risco de policiamento ostensivo, por possuir natureza *propter laborem*, não é incorporável para fins de aposentadoria ou pensionamento, em razão de estar condicionada ao exercício de atribuições específicas ou em face das condições especiais do serviço (fls. 98/99).

- Em sede de razões recursais, o Estado de Pernambuco defende a manutenção do voto divergente, argumentando, em suma, ter havido divergência quanto à natureza *propter laborem* da gratificação de risco de policiamento ostensivo; o art. 7º, § único, da LCE nº 59/04, que não prevê a extensão da gratificação referida aos proventos de inatividade e às pensões; e quanto ao aumento de vantagem sem previsão do referido custeio.

- Contrarrazões acostada às fls. 143/151. Parecer ministerial ofertado às fls. 154/157, no qual o *Parquet* opinou pela negativa de provimento aos presentes Infringentes.

- PASSO A DECIDIR. O objeto de divergência do julgamento colegiado restringiu-se a definir se a gratificação de policiamento ostensivo teria ou não natureza de gratificação de caráter geral, o que ensejaria a sua extensão aos inativos.

- Por ocasião do julgamento do apelo, o Tribunal reformou, por maioria de votos, o ato sentencial, prolatando acórdão em cujo bojo se lê: "... a gratificação em lumen, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas, nada obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar nº 59/04. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade dos proventos do agravante" (fls. 104).

- Já o voto vencido, prolatado pelo Relator Substituto, o Juiz Demócrito Reinaldo Filho, em que ora se pretende a prevalência, dava negativa de provimento ao apelo por entender que: "A gratificação em referência foi criada pelo art. 8º da LCE nº 59/04 para ser concedida exclusivamente aos militares em efetivo serviço ativo da Polícia Militar e que, cumulativamente, desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma legislação e que estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específica, cumprindo escala permanente de Policiamento Ostensivo, e se apenas estes fazem jus à referida gratificação, aparenta-se que



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

sua natureza é propter laborem, sendo certo, ainda, que as gratificações de natureza propter laborem não são incorporáveis para fins de aposentadoria ou pensionamento, porquanto sua concessão está condicionada ao exercício de atribuições específicas ou em face das condições excepcionais do serviço, o que não se visualiza na hipótese dos autos" (fls. 98).

- Ocorre que, diante das razões expostas pelo Des. José Ivo de Paula Guimarães, e ratificadas pela 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça por meio do acórdão de fls. 104/105, merece ser mantido em sua inteireza o voto vencedor.

- Sobre o tema, esta Relatoria já teve oportunidade de manifestar-se, reconhecendo tratar-se, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, de valor extensível aos inativos. Os motivos, passo a discorrer.

- A LC Estadual nº 59/04 cuidou em redefinir as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco, esclarecendo, em seu art. 1º, os grupos de atuação de ambos. Os parágrafos seguintes trataram de definir cada um dos tais grupos, referindo-se por vezes ao termo "atividade-fim", por vezes ao termo "atividade-meio".

- Dentre os grupos de atuação encontra-se exatamente o Policiamento Ostensivo, cujo art. 2º da norma complementar intitula-o como "atividade-fim", definindo-o nos seguintes termos: Art. 2º O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar e abrange as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vistas à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei nº 11.328, de 11 de janeiro de 1996.

- No art. 8º, a norma cria a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, apontando como destinatários os policiais da ativa da PMPE que desenvolvam as atividades listadas no art. 2º, senão vejamos: Art. 8º - Fica criada a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, a ser concedida, exclusivamente, aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º desta Lei Complementar e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos Órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

- Ocorre que o instrumento normativo, ao criar a vantagem em comento, atrelou-a ao exercício da atividade policial militar propriamente, pois todas as ações que podem ser exercidas pelos militares estão ali enumeradas. Ora, compreendendo, na prática, todos os tipos de atividade policial, é de se concluir tratar-se de vantagem extensível aos inativos.

- Tal conclusão afasta tanto a natureza *propter laborem*, na medida em que as atividades listadas na lei não são eventuais, nem se tratam de atribuições específicas a serem desempenhadas em lapso de tempo determinado; como a alegação de ausência de previsão na LC nº 59/04 de extensão aos inativos, eis que esta decorre diretamente do texto constitucional (§§ 7º e 8º do art. 40 da CF/88), tudo em respeito ao princípio da isonomia.

- Sobre o tema, colaciono aos autos julgado do STF, no que couber: AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO DE INSTRUMENTO. POLICIAL MILITAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO. "GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO". 1. EXTENSÃO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 2. NATUREZA DA VANTAGEM. CONTROVÉRSIA DECIDIDA À LUZ DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que as vantagens de natureza genérica, concedidas ao pessoal da ativa, são extensíveis aos aposentados e pensionistas, em nome do princípio da isonomia,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

168.

nos termos do § 8º do art. 40 (na redação anterior à EC 41/2003) da Magna Carta. 2. A discussão acerca da natureza jurídica de parcelas remuneratórias devidas a servidores públicos é de índole eminentemente infraconstitucional. Pelo que é de incidir a Súmula 280/STF. Agravo regimental desprovido. (STF - AI: 831281 PE, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 22/03/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-104 DIVULG 31-05-2011 PUBLIC 01-06-2011 EMENT VOL-02534-03 PP-00462) GRIFEI.

- Neste sentido vem decidindo este Egrégio Tribunal. Ver: Recurso de Agravo desprovido. 5. Decisão Unânime. (TJ-PE - AGV: 2413567 PE 0022764-15.2012.8.17.0000, Relator: Erik de Sousa Dantas Simões, Data de Julgamento: 11/12/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 04)

- Além disso, conforme enfatizado pelo órgão ministerial, em seu parecer (fls. 156): "Cabe, ainda, ressaltar que o direito à paridade, nos moldes da antiga redação do art. 40, § 8º, da CF/88, foi plenamente assegurado, por força do art. 7º, da EC nº. 41/2003, de 19/12/2003, àqueles que na data da publicação da referida EC já estivessem fruindo pensões ou proventos, como é o caso dos embargados, garantida a extensão de todos os benefícios ou vantagens concedidos posteriormente aos servidores em atividade."

- Por fim, quanto ao argumento de inexistência de prévia dotação orçamentária do referido custeio, implicando afronta ao princípio do orçamento, não se sustenta. É que não se está a tratar de aumento ou extensão de vantagens, mas sim, da garantia à integralização de proventos, ou seja, ao pagamento correto, em atendimento ao regulamento na LC nº 59/04.

- Com essas considerações, voto no sentido de negar provimento ao recurso, a fim de fazer prevalecer o voto vencedor exarado pelo Des. José Ivo de Paula Guimarães.

- À unanimidade de votos, negou-se provimento aos embargos infringentes, nos termos do voto do Relator.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos Infringentes nº 0291153-1, em que figura como embargante ESTADO DE PERNAMBUCO e como embargados JOÃO GOMES DA SILVA E OUTROS

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento aos embargos infringentes, tudo de conformidade com a ementa, o relatório e o voto, que passam a integrar este acórdão.

Recife, 28 de Maio de 2014


Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO Nº 0077605-88.2011.8.17.0001 (0291153-1)

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: JOÃO GOMES DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Infringentes opostos pelo Estado de Pernambuco em face de acórdão da Segunda Câmara de Direito Público, em autos de Apelação Cível (proc. nº 0291153-1) que, por maioria de votos, reformou a sentença dada pelo juízo a quo.

No julgamento do apelo, de Relatoria Substituta do Juiz Demócrito Ramos Reinaldo Filho, o Órgão Colegiado entendeu, por maioria de votos, em dar provimento ao recurso, reformando integralmente a sentença, a fim de conceder aos apelantes/embargados a implantação da gratificação de risco de policiamento ostensivo, em consonância com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal (fls. 104/105).

Quando do exame do mérito recursal, houve voto divergente do Juiz Demócrito Ramos Reinaldo Filho, dando negativa de provimento ao apelo, sob o fundamento de que a gratificação de risco de policiamento ostensivo, por possuir natureza *propter laborem*, não é incorporável para fins de aposentadoria ou pensionamento, em razão de estar condicionada ao exercício de atribuições específicas ou em face das condições especiais do serviço (fls. 98/99).

Em sede de razões recursais, o Estado de Pernambuco defende a manutenção do voto divergente, argumentando, em suma, ter havido divergência quanto à natureza *propter laborem* da gratificação de risco de policiamento ostensivo; o art. 7º, § único, da LCE nº 59/04, que não prevê a extensão da gratificação referida aos proventos de inatividade e às pensões; e quanto ao aumento de vantagem sem previsão do referido custeio.

Contrarrazões acostada às fls. 143/151.

Parecer ministerial ofertado às fls. 154/157, no qual o *Parquet* opinou pela negativa de provimento aos presentes Infringentes.

À Douta Revisão.

Recife, de de 2014


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

169

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS INFRINGENTES NA APELAÇÃO Nº 0077605-88.2011.8.17.0001 (0291153-1)

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: JOÃO GOMES DA SILVA E OUTROS

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

VOTO

O objeto de divergência do julgamento colegiado restringiu-se a definir se a gratificação de policiamento ostensivo teria ou não natureza de gratificação de caráter geral, o que ensejaria a sua extensão aos inativos.

Por ocasião do julgamento do apelo, o Tribunal reformou, por maioria de votos, o ato sentencial, prolatando acórdão em cujo bojo se lê: "... a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas, nada obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar nº 59/04. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade dos proventos do agravante" (fls. 104).

Já o voto vencido, prolatado pelo Relator Substituto, o Juiz Demócrito Reinaldo Filho, em que ora se pretende a prevalência, dava negativa de provimento ao apelo por entender que: "A gratificação em referência foi criada pelo art. 8º da LCE nº 59/04 para ser concedida exclusivamente aos militares em efetivo serviço ativo da Polícia Militar e que, cumulativamente, desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma legislação e que estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específica, cumprindo escala permanente de Policiamento Ostensivo, e se apenas estes fazem jus à referida gratificação, aparenta-se que sua natureza é propter laborem, sendo certo, ainda, que as gratificações de natureza propter laborem não são incorporáveis para fins de aposentadoria ou pensionamento, porquanto sua concessão está condicionada ao exercício de atribuições específicas ou em face das condições excepcionais do serviço, o que não se visualiza na hipótese dos autos" (fls. 98).

Ocorre que, diante das razões expostas pelo Des. José Ivo de Paula Guimarães, e ratificadas pela 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça por meio do acórdão de fls. 104/105, merece ser mantido em sua inteireza o voto vencedor.

Sobre o tema, esta Relatoria já teve oportunidade de manifestar-se, reconhecendo tratar-se, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, de valor extensível aos inativos. Os motivos, passo a discorrer.

A LC Estadual nº 59/04 cuidou em **redefinir** as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco, esclarecendo, em seu art. 1º, os grupos de atuação de ambos. Os parágrafos seguintes trataram de definir cada um dos tais grupos, referindo-se por vezes ao termo "atividade-fim", por vezes ao termo "atividade-meio".

¹ Art. 1º A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar serão estruturados, conforme as funções desempenhadas pelo militar estadual, nos seguintes grupos de atuação:

I - Policiamento Ostensivo;

II - Defesa Civil;

III - Apoio Operacional;

IV - Apoio Administrativo; e

V - Assistencial e de Saúde.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Dentre os grupos de atuação encontra-se exatamente o **Policimento Ostensivo**, cujo art. 2º da norma complementar intitula-o como "atividade-fim", definindo-o nos seguintes termos:

Art. 2º O serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar e abrange as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vistas à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei nº 11.328, de 11 de janeiro de 1996.

No art. 8º, a norma cria a **Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo**, apontando como destinatários os policiais da ativa da PMPE que desenvolvam as atividades listadas no art. 2º, senão vejamos:

Art. 8º - Fica criada a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, a ser concedida, exclusivamente, aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º desta Lei Complementar e que, cumulativamente, estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos Órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

Ocorre que o instrumento normativo, ao criar a vantagem em comento, atrelou-a ao exercício da atividade policial militar propriamente, pois todas as ações que podem ser exercidas pelos militares estão ali enumeradas. Ora, compreendendo, na prática, todos os tipos de atividade policial, é de se concluir tratar-se de vantagem extensível aos inativos.

Tal conclusão afasta tanto a natureza *propter laborem*, na medida em que as atividades listadas na lei não são eventuais, nem se tratam de atribuições específicas a serem desempenhadas em lapso de tempo determinado; como a alegação de ausência de previsão na LC nº 59/04 de extensão aos inativos, eis que esta decorre diretamente do texto constitucional (§§ 7º e 8º do art. 40 da CF/88), tudo em respeito ao princípio da isonomia.

Sobre o tema, colaciono aos autos julgado do STF, no que couber:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. POLICIAL MILITAR DO ESTADO DE PERNAMBUCO. "GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO". 1. EXTENSÃO AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 2. NATUREZA DA VANTAGEM. CONTROVÉRSIA DECIDIDA À LUZ DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que as vantagens de natureza genérica, concedidas ao pessoal da ativa, são extensíveis aos aposentados e pensionistas, em nome do princípio da isonomia, nos termos do § 8º do art. 40 (na redação anterior à EC 41/2003) da Magna Carta. 2. A discussão acerca da natureza jurídica de parcelas remuneratórias devidas a servidores públicos é de índole eminentemente infraconstitucional. Pelo que é de incidir a Súmula 280/STF. Agravo regimental desprovido. (STF - AI: 831281 PE, Relator: Min. AYRES BRITTO, Data de Julgamento: 22/03/2011, Segunda Turma, Data de Publicação: DJe-104 DIVULG 31-05-2011 PUBLIC 01-06-2011 EMENT VOL-02534-03 PP-00462) GRIFEI

Neste sentido vem decidindo este Egrégio Tribunal:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

170,

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO DE RISCO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL, EXTENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RESERVA DE PLENÁRIO. DESCABIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO IMPUGNADA. PRECEDENTES. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem de caráter geral, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, pois "abrange as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vistas à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei nº 11.328, de 11 de janeiro de 1996", compreendendo, portando, todos os tipos de atividade policial. (...) 4. Recurso de Agravo desprovido. 5. Decisão Unânime. (TJ-PE - AGV: 2413567 PE 0022764-15.2012.8.17.0000, Relator: Erik de Sousa Dantas Simões, Data de Julgamento: 11/12/2012, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 04) GRIFEI

Além disso, conforme enfatizado pelo órgão ministerial, em seu parecer (fls. 156):

"Cabe, ainda, ressaltar que o direito à paridade, nos moldes da antiga redação do art. 40, § 8º, da CF/88, foi plenamente assegurado, por força do art. 7º, da EC nº. 41/2003, de 19/12/2003, àqueles que na data da publicação da referida EC já estivessem fruindo pensões ou proventos, como é o caso dos embargados, garantida a extensão de todos os benefícios ou vantagens concedidos posteriormente aos servidores em atividade."

Por fim, quanto ao argumento de inexistência de prévia dotação orçamentária do referido custeio, implicando afronta ao princípio do orçamento, não se sustenta. É que não se está a tratar de aumento ou extensão de vantagens, mas sim, da garantia à integralização de proventos, ou seja, ao pagamento correto, em atendimento ao regulamento na LC nº 59/04.

Com essas considerações, voto no sentido de **negar provimento ao recurso**, a fim de fazer prevalecer o voto vencedor exarado pelo Des. José Ivo de Paula Guimarães.

Recife, 28 de Maio de 2014


Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Relator



171

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Embargos Infringentes nº 0291153-1
Embargante: Estado de Pernambuco
Advogado: Emmanuel Becker Torres
Embargados: João Gomes da Silva e Outros
Advogado: Maria Marta Barreto Vieira Guimarães
Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
Revisor: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO DE REVISÃO

Com os presentes Embargos Infringentes pretende o embargante reformar a decisão da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal, a qual, por maioria, dando provimento ao apelo, reformou a sentença proferida nos autos da ação Ordinária de Obrigação de Fazer nº 0077605-88.2011.8.17.0001 para, em consequência, julgar procedente o pedido formulado na inicial, em ordem a determinar a implantação da gratificação de risco de policiamento ostensivo nos proventos dos demandantes/apelantes.

No caso em tela, promoveram os autores, militares da reserva, ação ordinária, postulando o pagamento de seus proventos com inclusão da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo instituída pela Lei Complementar nº 059/2004, sob o fundamento de ter a mesma caráter geral e, por assim ser, extensiva aos inativos e pensionistas.

Ao apreciar o feito, o togado monocrático, por não reconhecer seu caráter geral, julgou o processo improcedente. Irresignada, a parte autora interpôs recurso de apelação, que restou provido, nos termos acima mencionados.

Nesta sede infringencial, persegue o embargante a reforma do acórdão, para manter incólumes os termos do julgamento proferido pelo magistrado monocrático.

Ao meu sentir, não assiste razão ao embargante.

Com efeito, a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, nos termos do art. 8º LCE nº 59/04, deve ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados



172
r

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo.

Verifica-se que o conteúdo destes dispositivos legais induz que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade dos proventos do apelado.

Neste sentido, a jurisprudência pacífica deste Egrégio Tribunal, senão vejamos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. PRETENSÃO DE REEXAME. PREQUESTIONAMENTO. 1. A controvérsia dos autos diz respeito à percepção da integralidade de pensão com a gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela Lei Estadual nº 59/04. 2. Observa-se que o pedido deduzido na ação originária tem por fundamento a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio tempus regit actum), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 3. Assim, o reconhecimento do caráter geral da gratificação policiamento ostensivo é suficiente só por si (por força da auto-aplicabilidade da regra constitucional) para implicar no deferimento do pedido, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade, ou não, do dispositivo encartado no art. 14 da LCE nº 59/04, não sendo o caso de ofensa ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da CF/88). 4. Por outro lado, a gratificação de risco de policiamento ostensivo, conforme explanado na decisão guerreada, foi criada pela Lei Estadual nº 59/04, em seu art. 8º, devendo ser concedida aos militares em serviço ativo na Polícia Militar que desenvolvessem as atividades previstas no art. 2º da mesma lei, cumulativamente lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específico, cumprindo



123

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

escala permanente de policiamento ostensivo. 5. O teor dos dispositivos legais retro mencionados aponta no sentido de que a gratificação em testilha, por abranger os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas. 6. De fato, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação "aos proventos ou pensões dos referidos militares", observa-se que a mesma constitui, em essência, vantagem de caráter geral, paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não sendo, ao reverso, condicionada nem a aspectos individuais nem a circunstâncias peculiares do trabalho dos servidores que a percebem na ativa. 7. Neste contexto, não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, com redação anterior à EC nº 41/2003, que ampara o direito à paridade das pensões dos embargados. 8. Ademais, não se trata de aumento de remuneração de pensionistas de servidores públicos (conforme preceitua o art. 37, X, da CF/88), mas sim de atender a regra constitucional da paridade remuneratória entre ativos, inativos e pensionistas (à luz do princípio 'tempus regit actum'), regra esta considerada auto-aplicável pela jurisprudência pacífica do STF. 9. O acórdão embargado é claro e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação que entendeu aplicável à matéria. 10. Inexistência, pois, das alegadas omissões, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa. 11. Embargos declaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos". (214554-6/01, Rel. Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 8CC, DJ 23/9/2010).

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO DE RISCO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXETENSÍVEL A PENSIONISTAS E INATIVOS. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS À UNANIMIDADE. 1.A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, instituída pela LC Estadual nº 59/04, por se tratar de gratificação de caráter geral, consubstanciando vantagem inerente a todo efetivo da Polícia Militar em decorrência



174

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

da atividade fim da corporação, conforme disposto nos §§ 7º e 8º do art. 40 da CF/88, há de ser paga também aos militares reformados ou transferidos para reserva remunerada, bem como aos pensionistas. 2. Não restaram, vulnerados os arts. 40, §§ 7º e 8º, 37, X, e 97, todos da CF. 3. Aclaratórios improvidos. 4. Decisão unânime". (ED 130498-1/02; 8ª Câmara Cível; Rel. Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto; DJ 18/3/2010).

Colaciono, a seguir, jurisprudência do STF:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (...) 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. 7. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO E DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do



145

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgão de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime." 8. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 686995 AgR / PE - PERNAMBUCO AG. REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Relator(a): Min. LUIZ FUX Julgamento: 28/08/2012 - Órgão Julgador: 1ª Turma) EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. 1) Vantagem de caráter geral: extensão aos inativos. Precedentes. 2) Natureza da gratificação. Impossibilidade de análise de legislação local. Súmula n. 280 do Supremo Tribunal Federal. 3) Ausência de contrariedade ao art. 97 da Constituição da República. 4) Agravo regimental ao qual se nega provimento. (ARE 676661 AgR / PE - PERNAMBUCO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA Julgamento: 24/04/2012 - Órgão Julgador: Primeira Turma)

Assim, certo é que o entendimento jurisprudencial pátrio demonstra, claramente, que a gratificação em lume, por incluir os militares que atuam na própria atividade-fim da Corporação, tem, em



176

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

essência, caráter geral, a ensejar sua extensão aos inativos e pensionistas.

Diante do exposto, voto pelo improvimento do apelo.
É como voto.

Recife, 28 de 05 de 2019.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Revisor